

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 – Cáritas Brasileira



Oficina Nacional sobre

Formação Política e Economia Solidária

Guararema, 01 a 05 de agosto de 2011

Relatório produzido por Rosana Kirsch, com registros de Geovana/ RO e Lígia/ DF

Apresentação

A Oficina Nacional sobre Formação Política e Economia Solidária é fruto do debate do Conselho Gestor do Projeto CFES e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

O FBES, em 2010, realizou encontros regionais tendo na sua pauta também a avaliação dos projetos governamentais. Nestes, representantes dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES) indicaram temas para as ações de educação no campo da ES. Entre estes temas, estava a formação política voltada para os empreendimentos, em especial para jovens. Este indicativo coincidiu com a proposta apresentada na pauta da 5ª Reunião do Conselho Gestor (jun/2010), quando seria discutida a realização de uma Oficina de Formação Política. No entanto, nesta reunião e na seguinte o Conselho Gestor não desenvolveu este tema.

Na 7ª Reunião do Conselho Gestor, que teve como pauta o planejamento dos CFES para 2011, o CFES Nacional apresentou uma proposta de atividades para o ano, incluindo a realização da Oficina sobre Formação Política. Esta proposta foi acolhida pelo Conselho Gestor, que afirmou para a : 1) que se buscasse a articulação com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF); 2) a RECID se disponibilizou em ser parceira. Coube ao Comitê Metodológico do CFES Nacional traçar as orientações metodológicas para a Oficina, em sua reunião de abril:

- Realizar a oficina em três módulos presenciais: Terceiro módulo presencial previsto para dezembro e será financiado pelo FBES (a confirmar esta possibilidade).
- As atividades intermódulos serão de multiplicação de temas da oficina no nível estadual.
- A metodologia geral será proposta pela Escola Nacional Florestan Fernandes, considerando que os módulos serão voltados para, respectivamente:
 1. compreensão de sociedade
 2. organização do movimento
 3. operacionalização
 - Para cada dimensão, desenvolver os aspectos conceitual, procedimental e atitudinal.
- Buscando favorecer a socialização dos debates realizados nos CFES Regionais, considerar:
 - Sudeste realizou atividades sobre como se dá o processo de consciência (SP) e como está organizada da sociedade (MG) com a Escola 13 de maio.
 - Nordeste teve atividade com Fundação Diaconia sobre comunicação: construção da fala pública.
 - Centro-Oeste: temática faz parte da proposta curricular.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF

Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 – Cáritas Brasileira

- Participação da RECID: contribuição sobre mobilização política nas bases para o segundo módulo.

Os conteúdos, objetivos, critérios e processo seletivo de participação também foram definidos pelo Comitê Metodológico.

Objetivo	Conteúdos 1º Módulo	Conteúdos 2º Módulo
Contribuir para a apropriação, pela base, das deliberações e organização do movimento de economia solidária, a partir de intercâmbios, leituras políticas da realidade e das práticas de ES.	Como fazer análise conjuntura Origens da economia solidária Concepções de economia solidária no seio do movimento	Organização do movimento no Brasil, América Latina e outros continentes Expressão política e alianças Deliberações/ plataforma de ação Comunicação Como: lidar com conflitos, organizar reunião, fazer ata, fazer processos de mobilização nos municípios, fazer planejamento.
Participantes		
– 27 representantes de empreendimento, sendo um de cada estado do país; que esteja participando do coletivo estadual e do Fórum Estadual – 5 representantes de empreendimento de comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, ribeirinhos... – 3 gestores-as públicos-as integrantes de coletivo estadual, do Fórum e da Rede de Gestores – 5 educadores-as de entidades de assessoria local que integrem o coletivo estadual e o Fórum, sendo um-a por região do país		
Inscrições		
• Inscrição aberta com divulgação dos critérios. • Consulta aos CFES Regionais para seleção das pessoas inscritas. • FBES e CFES Nacional finalizam a seleção.		

A divulgação da atividade aconteceu no dia 06 de julho havendo um prazo até dia 18 de julho para inscrição. No dia 19 de julho, enviou-se aos CFES Regionais a lista de inscritos-as e, a partir de diálogos com os CFES Regionais, a comissão de seleção reuniu-se no dia 21 de julho para definir os-as participantes.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF

Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 – Cáritas Brasileira

A parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes se construiu em diferentes momentos, a partir do momento da definição, pelo Conselho Gestor, de que a Oficina estaria na agenda do CFES Nacional. Foram três reuniões, contatos por email e telefone que possibilitaram a preparação administrativa, operacional, política e pedagógica da atividade. O CTFAT e o FBES estiveram presentes em reuniões presenciais, sendo contribuições importantes e ampliando as possibilidades de articulação entre as/os envolvidos/as. Igualmente, o FBES divulgou para os FEES a Oficina, bem como discutiu a proposta metodológica inicial em reunião da Coordenação Executiva, trazendo sugestões que foram acolhidas na realização da atividade.

Para o CFES Nacional a parceria com o FBES e ENFF para a realização desta atividade foi um marco na construção de laços entre educadoras-es da economia solidária e do Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Que, esperamos, se transforme em laços para a luta cotidiana e em parceria destes dois movimentos.

Sobre a estrutura do relatório

O relatório está organizado por temas desenvolvidos na Oficina. O primeiro dia foi dedicado para a apresentação do espaço da ENFF e a organização dos grupos de gestão do encontro, além do acordo de convivência.

Neste primeiro dia, Enedina, da ENFF, esteve na organização da atividade e trouxe uma poesia de Brecht:

Nossos inimigos dizem

Nossos inimigos dizem: a luta terminou

Mas nós dizemos: ela começou

Nosso inimigos dizem: a verdade está liquidada.

Mas nós dizemos: nós a sabemos ainda.

Nosso inimigos dizem: mesmo que ainda conheça a verdade.

Ela não pode mais ser divulgada.

Mas nós a divulgamos.

É a véspera da batalha.

É a preparação de nossos quadros.

É o estado do plano de luta.

É o dia antes da queda.

De nossos inimigos.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF

Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Sumário

Análise de conjuntura.....	5
Trajetórias e concepções: diferentes olhares sobre a economia solidária.....	9
Economia popular solidária: o compromisso da igreja.....	9
Partido dos Trabalhadores – corrente Democracia Socialista.....	12
Universidade e a economia solidária.....	14
Lutas no campo: economia solidária e MST.....	17
História do capitalismo.....	19
Rede de Educadoras-es da Economia Solidária.....	23
Centro-Oeste.....	24
Sul.....	24
Norte.....	25
Sudeste.....	25
Agenda.....	25
Avaliação.....	25
Anexos.....	27
Anexo A – Lista de participantes.....	27
Anexo B – Programação.....	29
Pós-reunião: avaliação da Oficina sobre Formação Política.....	30

Análise de conjuntura

O segundo dia (02/08) o tema foi metodologia para realizar análise de conjuntura, facilitado por Daniel Pereira, da Secretaria Geral do MST, que trouxe ferramentas e elementos para ajudar a trabalhar a análise de conjuntura, partindo de uma visão marxista. Segundo ele, na Grécia o destino da pessoa estava marcado, não tinha como mudar, escrito pelos deuses. Hoje também há pessoas que acham que as coisas são imutáveis: assim foi, assim será. Já Marx colocava algo diferente, a possibilidade de mudarmos a realidade, e para mudá-la temos que conhecê-la. A partir do momento em que se define a identidade e aonde se quer chegar, define-se o caminho, partindo de uma análise de conjuntura para desenhar estes caminhos e estratégias.

A análise de conjuntura busca organizar o contexto, montar um grande quebra-cabeça destas peças, dar uma organicidade neste conjunto e mostrar suas relações. Por exemplo, cada jornal de circulação apresenta as notícias de uma forma, faz seus destaques e recortes, tem suas colunas, isso com um motivo, uma intencionalidade.

A partir do texto de Herbert de Souza, Como se faz análise de conjuntura, Daniel apresentou os elementos para fazer a análise de conjuntura:

Acontecimentos: diferenciando o que são fatos e ocorrências, do que são acontecimentos de maior importância, além de colocá-los em ordem de importância e hierarquia. Os acontecimentos são analisados a partir da posição e da classe, ou seja, da subjetividade do sujeito que faz a análise

Cenários: o espaço aonde ocorrem os acontecimentos, cenário tanto como local físico, quanto como clima social

Atores: papéis que são desempenhados no contexto, de pessoas físicas e/ou jurídicas, de classe e de grupos sociais que são ativos no processo. A ausência e omissão de atores também muda o cenário, mudando correlação de forças.

Relação de forças: seja de confronto, coexistência, cooperação que estarão sempre revelando uma relação de domínio, de igualdade ou subordinação, não sendo algo imutável, sofrendo mudanças constantemente.

Articulação entre "estrutura" e "conjuntura": foi trazida a partir de uma análise marxista da sociedade, da estrutura econômica e da superestrutura política.

Corte conjuntural: na análise de conjuntura tem que ser percebido o tempo passado e futuro, ou seja, para refletir sobre certo contexto há necessidade de elementos temporais mínimos e perceber a relação entre as coisas, o movimento e o ritmo dos acontecimentos.

Sobre a relevância de realizar análise de conjuntura, apresentou-se o exemplo de que o MST, inicialmente ocupava apenas terras improdutivas, e a partir da análise de conjuntura, passaram a ter um confronto mais forte, mostrado pelas mulheres. Mesmo sabendo que a correlação de forças é desfavorável passaram a ocupar grandes produções, enquanto forma de luta e enfrentamento em uma conjuntura mais difícil.

Nos debates no coletivo participante da Oficina, foram trazidos exemplos de experiência de conjuntura na economia solidária. Como durante o enfrentamento ao PL 865 em que o governo

construiu um contexto e depois o movimento somou forças para buscar reverter o quadro, somando-se ao Grito da Terra e realizando as audiências públicas e mobilizações nacionais. Junto aos empreendimentos, também foi considerado que a análise de conjuntura pode ampliar a leitura da realidade, uma vez que muitas vezes suas preocupações estão relacionadas às questões econômicas e de sobrevivência, sem uma inserção política mais clara e forte. As proposições levantadas foram de que os empreendimentos precisam se empoderar desta luta, fortalecer o projeto de sociedade que queremos com a economia solidária. Isso se relaciona a forma como até então a economia solidária está organizada, qual o peso dos atores e contra quem se faz a sua luta e quem são os aliados. Neste momento, Daniel enfatizou que a Economia Solidária tem uma boa atuação, mas não garante a transformação social.

Realizou-se um trabalho em grupo, onde se discutiu a questão: **Como é que as pessoas no dia a dia veem a realidade? Se abre um jornal, o que vê?**

Em plenário foram levantadas as seguintes percepções:

• Se colocar como vítima por causa das injustiças • Alienação • Busca pelo poder • Individualismo • Depende do sujeito e de como ele está enxergando a realidade • Violência • Corrupção • Mentira, máscaras, • Catástrofes • Comodismo • Confusão • Tráfico • Sonhos • Consumo	• Criatividade • Capitalismo • Moda • Lazer • Classificados • Cultura • Esporte • Política • Milícia • Fome • Desperdício • Desigualdades • Campanhas de solidariedade: apoio a vítimas de catástrofes, enchentes • Fantasia
--	---

Ainda sobre o corte conjuntural, se refere ao esforço em olhar um pedaço da realidade que pode explicar aquilo que está sendo vivido no momento agora. Como exercício para este momento, Daniel usou um desenho de um jogador de futebol, perguntando o que a gente pode dizer em relação a esse jogador de futebol? Em que posição ele está jogando? Olhando só para a imagem apresentada, não se tem muita noção do jogo.

Assim, o corte conjuntural não pode ser reduzido demais, pois como no desenho pode indicar uma situação diferente da que está ocorrendo. Quando se recorta de mais, se perde a noção do todo. O corte não pode ser tão reduzido. O corte conjuntural tem que permitir pelo menos entender o jogo.

Neste momento, Daniel apresentou uma visão mais ampla da imagem, com o jogador em campo e destaca que conjuntura não é como um desenho. A conjuntura depende do movimento. Da relação entre as coisas e fatos, acontecimentos na realidade. Procura-se captar esse movimento na história.

Para perceber o movimento é necessário fazer um corte mais profundo que chegue ao nível do **desenvolvimento estrutural**. O desenvolvimento estrutural é aquele que compreende a construção do modelo social. Olhar também o **tempo e o ritmo dos acontecimentos**. Quando e como o processo aconteceu. Dependendo da época, as mudanças ocorrem mais ou menos rápidas. O desenvolvimento estrutural nos leva a olhar uma dada sociedade em seu desenvolvimento em um dado momento histórico, observando os acontecimentos, cenários, atores e ritmos em que vão se dando a história.

Na produção social da vida (comer, vestir, morar) as pessoas estabelecem determinadas relações de produção. Essas relações de produção correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. Isso significa o grau de desenvolvimento, ciência e tecnologia desenvolvidos na sociedade. Por exemplo, não dá pra querer comer churrasco se ainda não desenvolvemos o fogo. Tudo isso é o que se chama **estrutura econômica da sociedade**.

A estrutura econômica determina o que se chama de superestrutura, que é a forma de organização política, jurídica e grau de consciência. Na sociedade que vivemos, a estrutura econômica da sociedade é a capitalista. É a partir daí que se organiza a produção social da vida que determina a superestrutura política (estado) e existência de classes opostas. Nesse sentido, o estado, dentro da sociedade, tem por objetivo defender a classe capitalista dominante. O estado, nesse caso, pode assumir diferentes formas (parlamentarismo, monarquismo, democracia representativa popular), mas sempre a serviço dos interesses da burguesia.

Daniel, trouxe o texto de Marx, reproduzido abaixo:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedades dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. (introdução de O Capital)

Quanto ao processo de conscientização para intervir nas mudanças da estrutura econômica, que ações são possíveis fazer para provocar as mudanças necessárias na estrutura econômica?

O debate trouxe os seguintes elementos:

- Essa estrutura apresenta contradições. É possível agir nessas contradições para provocar as mudanças estruturais.
- Tomar consciência sobre como é que a sociedade se organiza e perceber as contradições estruturais. Tomando consciência das contradições é possível pensar que possibilidades de

mudança há, cuidando para não agir dentro da perspectiva da lógica capitalista. Às vezes a gente acha que está fazendo algo que está mudando tudo, mas que continua dentro da lógica do capitalismo.

- É necessário entender que precisamos dar um salto maior do que o que já fizemos. Por exemplo, vender produto agroecológico mais caro porque é mais bacana.
- Fazer economia solidária é importante, mas pode não resolver toda a questão se não mudarmos a estrutura em que se organiza a sociedade, se não mudarmos a estrutura capitalista.
- Dentro da própria estrutura do capitalismo, está o germe da sua morte. O capitalismo está chegando no limite de sua possibilidade de produção. Nesse processo, além das condições materiais, há também as condições subjetivas, que são aquelas produzidas pelo nível de conscientização das pessoas.
- Segundo Boff é um erro achar que a resposta venha da estrutura econômica. Ela virá das mudanças nas relações sociais para produção social da vida.
- Segundo Marx e outros autores, essas são as questões que determinam a estrutura econômica da sociedade que é justamente o modo como as pessoas organizam a produção para poder sobreviver.
- As mudanças não necessariamente podem ocorrer para frente, porque a história não acontece em linha reta. Ela pode também recuar. A tendência das mudanças pode ser o socialismo ou o comunismo. Mas não necessariamente. Pode ser uma forma já existente anteriormente.

Riscos a serem evitados ao se fazer análise de conjuntura:

- As coisas tendem a ser: A tendência não significa que ela necessariamente será. Quando se olha a conjuntura, existem, ainda, elementos casuais outro não. Como por exemplo, no passado, as trocas ocorriam eventualmente, depois se tornaram o comércio. Também acontecem acidentes que podem ou não influenciar de alguma forma na conjuntura. Por exemplo, a morte de Tancredo foi um acidente, mas teve uma consequência porque mudou toda uma conjuntura do país. Tem outros acidentes que não influenciam em nada nos fatos e na história.
- Superficialidade: Achar que a conjuntura é simplesmente contar, descrever fatos.
- Subjetivismo: No lugar de analisar o que está acontecendo, tornar-se torcedor. Não se pode confundir o que se quer com o que de fato está ocorrendo.
- Unilateralidade: Não perceber diferentes aspectos de uma mesma situação e como esses aspectos fazem parte de uma unidade. Ver só uma perspectiva.

Para finalizar o exercício de trabalhar a metodologia da análise de conjuntura, realizou-se trabalho em grupo com um jornal fictício que trazia notícias sobre o período de transição para o capitalismo na Inglaterra. A partir da leitura de jornais de diferentes dias, buscou-se encontrar em cada jornal: os acontecimentos, cenários, atores e correlação de forças, distinguindo o que é importante no texto e o que deixar de lado, verificar as tendências políticas. Cada jornal apresenta uma parte da história, um

dia diferente, sendo que na partilha dos grupos em plenária que se conhece o desenrolar e se as análises feitas pelos grupos estava no caminho do que ocorreu. O contexto: 1629, início da mudança do feudalismo para o capitalismo. Está surgindo a burguesia. Produz manufaturas. Os camponeses estão fugindo das terras.

Trajetórias e concepções: diferentes olhares sobre a economia solidária

Para falar de trajetórias e concepções sobre a economia solidária podemos trilhar diferentes caminhos que podem passar por leituras de livros e pesquisas, analisar experiências atuais ou estudar fatos históricos que envolvem o trabalho e organização da sociedade em autogestão. Para desenvolver este tema, a opção esteve em ouvir diferentes atores que fazem parte do movimento, reconstruindo historicamente sua inserção neste campo, identificando o que mobilizou sua ação, explicitando sua compreensão de sociedade, destacando o papel da educação e os principais desafios para que a economia solidária avance.

Costuma-se identificar, simplificadamente, que a construção do movimento da economia solidária se faz a partir da confluência, ou contribuição, de algumas forças, vertentes cujas trajetórias vão se amalgamando: as organizações e lutas sindicais rurais (pela terra) ou urbanas (pelo trabalho), as forças populares (da educação popular, dos direitos, ONGs.), a Igreja militante (CEBs, pastorais sociais, Cáritas), as Universidades (pesquisa, incubação).

Nesta parte do relatório, apresentamos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Igreja (CÁRITAS), uma corrente partidária (DS/PT) e a Universidade afirmam a economia solidária, tema do terceiro dia da Oficina, 03 de agosto. Para esta reflexão sabemos da importância de se ouvir outras organizações e movimentos sociais para nos apropriarmos das perspectivas existentes, como o campo sindical, e, como educadoras-es, contribuirmos na construção desta outra economia. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que há propostas para uma economia solidária que não estão dentro de uma ou outra força política aqui apresentada ou mesmo que se identifique enquanto uma organização. Assim o exercício de conhecermos o nosso movimento é necessário e não se esgota neste texto.

Economia popular solidária: o compromisso da igreja

Para abordar a relação da Igreja Católica com a economia solidária, retoma-se a construção da concepção a solidariedade: nas primeiras comunidades cristãs tudo era colocado em comum, exemplo que nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) buscou ser recuperado, nos anos 1960.

Ao fazer uma retomada histórica, em 1902 foi constituída a primeira cooperativa rural, no Rio Grande do Sul. Naquela época, o atendimento espiritual era feito em visitas periódicas por religiosos itinerantes. Um destes religiosos era o padre Theodor Amstad, jesuíta e suíço, que nas visitas regulares identificou que além de assistência espiritual os/as moradores/as da região necessitavam de urgente assistência social e econômica diante do fato do governo não ter cumprido com o apoio prometido. A partir da experiência de um pastor luterano Friedrich Raiffeisen, de origem romena e que viveu na Alemanha, Theodor organizou diversas associações no interior do estado. Uma delas foi a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad de Nova Petrópolis, a primeira

Cooperativa de Crédito do Brasil e mais antiga em funcionamento das Américas.

Na década de 1950, no Rio Grande do Norte, com influência do cardeal Eugênio Sales, ocorre a mobilização para a organização de sindicatos e cooperativas o Brasil, havendo nesta iniciativa a perspectiva de evitar o avanço de organizações de esquerda. Por outro lado, entre 1950-60, organiza-se a Frente Nacional do Trabalho, que além de fazer a resistência ao capital a partir das fábricas, indicavam a organização de cooperativas como opção. Essa perspectiva foi desmontada durante a ditadura militar e, em 1969, cria-se a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Em 1964 há uma efervescência democrática com importante ação do movimento chamado solidarismo que se apresentava como uma terceira opção frente, nem capitalismo, nem comunismo. O padre jesuíta Fernando Bastos de Ávila foi um dos inspiradores do solidarismo no Brasil, que também visava o processo de organização e articulação das cooperativas na perspectiva de um movimento solidário. As CEBs, originam-se de uma visão teológica diferenciada: a Teologia da Libertação, nas décadas de 1960-70.

Em 1981, no Nordeste, as forças sociais da igreja entenderam que era necessário pensar alternativas para as comunidades para sair do assistencialismo. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), então, realiza um debate nacional em meio à ditadura e cria os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) visando o desenvolvimento das comunidades. A Cáritas Brasileira, que é um organismo da CNBB, passou a assumir o papel de animação e articulação de fundos alternativos comunitários oriundos dos PACs. Mas, a Cáritas, enquanto organismo internacional, iniciou seu trabalho no Brasil na década de 1950 dentro da perspectiva de ação dos Estados Unidos de enfrentamento ao comunismo, realizando um trabalho assistencialista. A organização aprendeu com a ditadura militar, a teologia da libertação, com Paulo Freire e incorporou o compromisso da crítica e a denúncia do modelo capitalista e de defesa de um projeto popular numa sociedade democrática. O capital nos prometia que todos seríamos assalariados para nos tornarmos consumidores, mas continuamos com um enorme exército de reserva e as condições para o bem-viver continuam restritas a uma parcela da sociedade. Na caminhada, assim, a igreja assume a economia solidária como proposta de organização popular das/os excluídos/as. O popular, na economia popular solidária, representa a perspectiva de classe, de opção pelo povo. Para a igreja, o protagonismo está nos empreendimentos tendo como método de organização social a educação popular. A inspiração desta postura está no socialismo utópico, afirmado pela igreja militante.

Foi na década 1990 que nasceu o nome economia popular solidária (EPS). Neste período, a Cáritas Nacional assumiu que tinha que dar um passo a mais em relação aos pequenos projetos isolados para a trabalhar em redes. Neste contexto e animado pelo Fórum Social Mundial (FSM) cria-se o Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária (GT Brasileiro) com várias entidades, foi neste espaço que se definiu o nome economia solidária para as experiências do Brasil. Posteriormente se acolheu o termo economia social e solidária. Nomes diferentes tem contribuições de práticas diferentes traz a concepção de que a economia solidária é construída da diversidade. Em dezembro de 2002 o GT Brasileiro organizou a I Plenária Nacional de Economia Solidária, onde o MST participou. Nesta Plenária afirmamos que a questão da solidariedade não pode ficar reduzida à criação das cooperativas, que precisa ir além de um marco legal. É um processo de construção de cultura da solidariedade, que envolve aspectos mais do que materiais.

Para saber mais:

Livro 20 anos de Economia Popular Solidária - a trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS: A organização lançou este livro em 2003 contando sobre sua experiência nas ações voltadas para a economia solidária e formulando os primeiros esboços de concepções sobre Desenvolvimento.

Campanha da Fraternidade: Em 2010, a organização incidiu e animou a Campanha da Fraternidade Ecumênica com o tema Economia e Vida. Há textos elaborados pela igreja fazendo a crítica ao modelo econômico dominante e sobre economia solidária.

“Neste início de década de 2010 vivemos um processo de crescimento, com oportunidade de empregos no país, num processo desenvolvimentista nacional.” Esse é o discurso atual, sendo necessário façamos uma provocação, pois parece afirmação dos anos 1990, quando o neoliberalismo afirmava que estávamos no final da história, que a saída era melhorar as condições de vida e aperfeiçoar o capitalismo. Neste contexto, a proposta de criação de uma secretaria especial para a micro e pequena empresa, em março de 2011, nos levou a afirmar a identidade da economia solidária. E, sobretudo as mulheres do movimento da economia solidária disseram não: Não estamos querendo vender a nossa identidade pelo dinheiro disponível! Ou parafraseando uma parábola da campanha da Fraternidade: Não se pode servir a dois senhores.

Operário em construção

Vinicius de Moraes

Mostrou-lhe toda a região
E apontando-a ao operário
Fez-lhe esta declaração:
- Dar-te-ei todo esse poder.

...

Portanto, tudo o que vês
Será teu se me adorares
E, ainda mais, se abandonares
O que te faz dizer não.

...

E o operário disse: Não!

- Loucura! - gritou o patrão
Não vês o que te dou eu?
- Mentira! - disse o operário
Não podes dar-me o que é meu.

Do ponto de vista da igreja militante, essa é uma posição de afirmar a importância da mudança, da transformação, dos movimentos assegurarem sua identidade. A identidade coloca-se como o elemento mais importante de construção do movimento e, a partir da afirmação da identidade, torna-se possível estabelecer alianças e parcerias, bem como perceber a que nos opomos. Ao pensarmos parcerias da economia solidária no campo da igreja católica podemos identificar várias

pastorais sociais, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Entendendo que a questão indígena é essencial para incorporarmos na nossa luta a defesa de direitos das comunidades e povos indígenas e o reconhecimento da sua vivência de organização econômica em autogestão e cooperação.

A articulação da economia solidária com outros movimentos sociais coloca-se como desafio na afirmação de um modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e a partir dos territórios. Como superamos os corporativismos e afirmamos um projeto popular? Outro desafio é a participação em conselhos e realizamos ações de controle social. A construção de políticas públicas a partir da realidade e necessidades do povo, com controle sobre os recursos e decisões de prioridades para a ação do Estado, este tem sido uma temática que a Cáritas e as pastorais sociais têm assumido há décadas. Entendendo que “sem política não há salvação”. Mas, não é a política eleitoreira e sim a política da mobilização. Cabe a todos/as e a cada um/a estas tarefas, superando a visão de massa e vanguarda, de que alguns sabem tudo e vão conduzir a massa.

Partido dos Trabalhadores – corrente Democracia Socialista

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado no dia 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo, fruto da surgiu da organização sindical de operários paulistas no final da década de 1970. Oficialmente, foi reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral no dia 11 de fevereiro de 1982. O PT surge no contexto do vácuo político criado pela repressão do regime militar aos partidos comunistas tradicionais e aos grupos de esquerda então existentes, tendo assumido um posicionamento político socialista democrático. Nascido da articulação de sindicalistas, setores da igreja progressista e de diversos grupos de esquerda de orientação socialista, o PT abriga correntes que são grupos distintos demarcados interna e externamente que faz do partido um espaço constante de debates.

Uma das correntes do PT é a Democracia Socialista, uma organização política que fundada em 1979, por pequenas organizações enraizadas no Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Seu projeto estratégico estava em construir o PT como um partido revolucionário, organizado por trabalhadores/as e não como frente política ou eleitoral. Em 1988 a DS passa a ser reconhecida como tendência no partido em 1988. O aspecto da “democracia participativa” incorporou-se entre as principais marcas da tendência nos projetos administrativos do PT.

A DS entrou no processo do movimento reconhecendo que um ator fundamental de construção da identidade da economia solidária foram as CEBs. O tema aparece na tendência nos anos 1980 em função da crise econômica no Brasil, ao perceber que não bastava só fazer a defesa da garantia de direitos de pagamento de indenização dos-as trabalhadores-as para a defesa do direito ao trabalho. Entendendo que, não sendo possível garantir pleno emprego a partir do capitalismo, os-as trabalhadores-as pudessem buscar outras formas alternativas de trabalho.

Em 1991 ocorre um seminário sobre autogestão, em Porto Alegre/ RS, estado onde o tema já tinha importância a partir da contribuição da experiência de Santa Maria, onde atua Irmã Lurdes. O seminário é um marco para a incorporação da economia solidária na política pública. Nesse processo a DS percebeu que havia uma grande identidade entre o que ela lutava para construir e as experiências de economia solidária que vinham sendo desenvolvidas. Na gestão de Olívio Dutra (1989-1993), em Porto Alegre, coube à DS assumir a Secretaria de Indústria e Comércio onde

começou a desenhar uma política pública de economia popular e solidária. Esta experiência foi socializada dentro da tendência com companheiros de outros estados, o que contribuiu para estimular o forte envolvimento de integrantes da tendência na gestão pública das políticas de economia solidária no país.

Dentro do PT, formalmente o tema economia solidária é incorporado com a criação de uma setorial específica, dentro da Setorial de Movimentos Sociais. No RS criou-se a Setorial da Economia Solidária em 2003 e nacionalmente sua fundação foi em 2008. Para a tendência, a motivação em assumir este campo de ação está relacionado a:

- Insuficiência da formulação de socialismo de Estado e a necessidade de construção de uma cultura socialista na prática.
- Necessária combinação entre disputa do poder político e disputa do poder econômico.
- Necessidade de construção de uma ideia de desenvolvimento integrado nas suas múltiplas dimensões.

O projeto político da DS afirma a necessidade de construção de uma sociedade regida pelo socialismo democrático, na perspectiva feminista, anti-racista e ecossocialista, superando as raízes e fundamentos patriarcais e racistas do Estado e da sociedade capitalista. Uma sociedade com um Estado democrático, de efetiva participação da sociedade no planejamento, gestão e definição de suas prioridades. Como socialistas democráticos, aposta-se numa alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída com o povo brasileiro, que esteja à altura da sua dignidade e esperança. Que promova a liberdade com autonomia e auto-governo, os direitos à igualdade na diferença, alcançando construir novos modos de organizar a vida social para além da mercantilização do capital. Para isto, coloca-se a necessidade de refletir a experiência histórica da esquerda internacional de tomada do poder/ Estado por meio de armas, como ocorreu em Cuba e na Rússia. Após a tomada do Estado, estas experiências afirmaram, a instalação da ditadura dos trabalhadores e impondo que o socialismo como forma de vida. As referências de socialismo que já existiram não deram conta do que queremos como socialismo: que tenha pluralidade de ideias e diferentes organizações políticas, partidárias. Estas experiências da esquerda internacional, embora equivocadas em algumas dimensões, também nos ensinam.

- Se somos promotores da igualdade e da liberdade, temos que ser os primeiros a negar a revolução armada.
- Só teremos a construção efetiva do socialismo se tivermos uma sociedade com cultura socialista.
- A esquerda concentrou sua luta pela disputa do poder político, no entanto a disputa do poder político tem que ser combinada na luta pela economia.

A experiência de governo no Brasil, a partir das gestões do PT, também nos ensina: o governo tem limites de fazer mudanças estruturantes porque a economia continua na mão da burguesia, do capitalista.

A construção do socialismo se dá a partir de uma nova cultura e novos valores. Neste sentido, a economia solidária precisa perceber-se como parte de um processo de luta de transformação da sociedade. Para a DS, o foco da atuação na economia solidária está em contribuir para a economia

solidária se compreender como parte de um processo de lutas social, política e econômica, avançando na formulação do projeto de sociedade. Bem como, favorecer o desenvolvimento da dimensão econômica dos empreendimentos, a elaboração em torno das suas diferentes dimensões e do papel que têm no processo. Afinal, um empreendimento que só se preocupa com seus associados, perde o sentido da causa, sendo necessário que incorpore na sua ação o compromisso com o avanço do movimento. Ao mesmo tempo, é preciso promover a organização produtiva, havendo um papel importante da educação, na medida em que a formação política e a econômica andem juntas. A educação também contribui com o processo ao relacionar a prática e a teoria, ao ser espaço de estudo sobre raízes históricas da economia solidária e de problematização do modelo capitalista e explicitação de suas origens.

Para tornar realidade a sociedade socialista, temos que ser capazes de construir a unidade na diversidade entre os campos da esquerda:

- Sintonizando os os papéis e tarefas das diferentes organizações que atuam na ES;
- Construindo uma agenda de lutas comum com outros movimentos, na qual se incorpore as necessidades dos empreendimentos.

Neste processo, há que se construir o empoderamento dos/as trabalhadores de empreendimentos na condução do movimento, avançando na articulação entre os empreendimentos mais estruturados e mais frágeis.

Universidade e a economia solidária

Ao longo da história, a universidade tem estado mais à serviço da economia de mercado capitalista de duas maneiras principais: formando a força de trabalho e produzindo o conhecimento que fortalece o capital. É momento da universidade voltar-se mais à comunidade e se dedicar aos assuntos do mundo trabalho.

As incubadoras tecnológicas, quando surgiram, atendiam apenas aos interesses do capital. Nos anos 1950, nos EUA, as primeiras incubadoras tinham o objetivo, de criar e transferir tecnologias para empresas a fim de fortalecer a iniciativa privada. No Brasil elas chegam por volta de 1980, no entanto em 1995, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) surge a primeira incubadora tecnológica de cooperativas populares (ITCPs). Também na década de 1990, numa reunião de pró-reitores de extensão nasce a proposta de articular as universidades que vinham realizando pesquisa e extensão sobre o mundo do trabalho. A partir desta proposição surge a Unitrabalho, uma fundação criada em 1996, que reúne instituições que desenvolvem pesquisa, ensino e/ou extensão em educação e trabalho, relações de trabalho e emprego, economia solidária e desenvolvimento sustentável. Posteriormente, cresce o número de Incubadoras tecnológicas dedicadas ao apoio de grupos populares e a ação com economia solidária.

Estas incubadoras voltadas para empreendimentos da economia solidária reúnem estudantes, técnicos e pesquisadoras-es de áreas diversas, buscando fazer com que os conhecimentos acumulados sobre economia solidária cheguem até as comunidades, da mesma forma que um outro conhecimento possa ser criado na relação entre universidades e comunidades. Tais espaços são mais um passo para a universidade brasileira romper como o muro que separa mundos socialmente tão distintos da sociedade, muito embora ainda exista alguma resistência de setores dos movimentos

sociais que enxergam a universidade como instituição autoritária.

Uma contribuição da universidade à economia solidária está relacionada com abordagens de investigação, análise e educação. O termo economia solidária no Brasil, por exemplo, foi criado pelo economista Paul Singer em 1995, ao escrever um artigo refletindo sobre ações no campo do trabalho do governo do PT em São Paulo, 1989-1992, no qual era secretário de planejamento.

Uma das abordagens para o estudo e atuação na economia solidária reside numa visão da economia como *economia plural*, cuja origem encontra-se, em parte, numa leitura do socialismo ignorada por muitos na própria tradição da esquerda: o socialismo associacionista. Esta perspectiva privilegia a ideia da economia regulada pela própria sociedade e não pelo mercado nem pelo estado. O mecanismo que permite esta regulação do econômico pela sociedade é o fato associativo, entendido em sentido muito amplo através de variados tipos de organizações cooperativas. Assim, pensar um socialismo associacionista significa supervalorizar as formas de organização da sociedade (ressaltando-se aquelas mais tradicionais como quilombos, indígenas ou o dito socialismo utópico europeu), considerando nestas uma outra forma de instituir o ato econômico em sociedade. A visão da economia plural reflete um olhar mais antropológico sobre o funcionamento econômico, não reduzindo a compreensão da economia à ideia de mercado capitalista.

Neste sentido, pensar a economia para além da ideia de economia de mercado exige a necessidade de resignificação do entendimento sobre o que é o econômico. Para tanto, parece fundamental adotar-se um olhar de ciência social. A antropologia, por exemplo, estuda a economia em diferentes culturas, segundo a própria história do desenvolvimento das sociedades humanas. Neste olhar, a economia é compreendida como forma de alocação de recursos em sociedade ou de produção e distribuição de riqueza. Desse modo, é possível entender diferentes modalidades de funcionamento econômico ou diferentes formas de economia (para além da economia de mercado) como a redistribuição ou a reciprocidade. No exemplo da redistribuição, não há uma economia de troca propriamente dita (e sim de transferência), já que prevalece a figura de uma entidade (como no caso de instituições públicas na modernidade) responsável pela arrecadação e redistribuição ou realocação de recursos na sociedade, configurando uma lógica de solidariedade redistributiva que se impõe obrigatoriamente às pessoas. No exemplo da reciprocidade, não há relação monetária muito embora exista relação de troca. Esta, volta-se para o fortalecimento dos vínculos sociais entre grupos ou pessoas envolvidos na relação, permitindo ainda à satisfação mútua de necessidades.

Assim, não parece inútil lembrar-se que mesmo antes da existência das relações de troca mercantil as pessoas já garantiam suas condições de existência, seja através de mecanismos recíprocos ou redistributivos. Seguindo este olhar constata-se que na origem da troca econômica não encontra-se propriamente o escambo (troca direta de bens por outros bens) – considerado em geral como a forma inicial da troca econômica –, mas sim formas e mecanismos de troca-dádiva. Isto é, um tipo de relação de solidariedade baseado em três momentos (dar-receber-retribuir) que forma um sistema social responsável pelo modo de reprodução das condições materiais de existência das pessoas na vida em sociedade e que esta voltado antes de tudo para o fortalecimento dos vínculos sociais. Com esta abordagem plural da economia torna-se possível desconstruir a ideia de que a relação econômica mercantil (ou capitalista) seja natural na humanidade. Ela é recente e fruto de circunstâncias históricas específicas no desenvolvimento das sociedades humanas, por isso mesmo é suscetível de transformação.

Com a hegemonia dos mecanismos de mercado capitalista nos dias atuais, ignora-se a existência das demais formas de economia, deixando-se de reconhecer o esforço de vida de grande parte da população que encontra-se excluída dos chamados circuitos formais da economia. Quando não ignoradas, tais formas de economia são vistas como devendo desempenhar um papel de subordinação na dinâmica da acumulação capitalista. Um olhar a partir do conceito de economia plural permite enxergar a realidade do funcionamento econômico na sua complexidade, viabilizando um entendimento sobre os diferentes circuitos e relações econômicas, como o próprio mundo de uma economia dos setores populares. Além disso, torna-se possível com esse olhar observar-se os limites e potencialidades dessas demais formas de economia, sobretudo em razão da própria incapacidade do mecanismo de mercado capitalista em garantir oportunidade de trabalho para todos que precisam. Assim, a discussão e estudo sobre outras formas de economia torna-se fundamental, bem como a necessidade de haver políticas públicas voltadas para o fortalecimento do potencial existente nestas outras formas de economia como alavancagem para um outro modo de desenvolvimento.

Por outro lado, este olhar complexo permite questionar a suposta capacidade auto-suficiente da economia de mercado capitalista, quando observa-se o nível de dependência do setor privado em relação ao investimento público de estado para alavancagem de suas atividades (alguém conhece algum setor privado que não tenha sido beneficiado de financiamento público para a sua alavancagem?). Assim como, é a própria fragilidade do sistema capitalista de mercado que se revela através dos diferentes momentos de grandes crises da sua história cujo socorro do estado mostrou-se vital para a sobrevivência do sistema. Assim, parece fundamental pensar a questão do investimento público em economia solidária, bem como reconhecer a condição da institucionalidade de estado como um espaço em disputa. Avanços neste sentido já são significativos na América Latina, como o reconhecimento de um sistema de economia plural em países como Equador e Bolívia, abrindo espaço para uma perspectiva importante de valorização e apoio à economia solidária.

Na prática, de qualquer sorte, o desafio do fortalecimento de outros mecanismos e lógicas econômicas se coloca. Por exemplo: como operar um circuito e lógica econômica que dispense um regime de competição? Ou seja, como comercializar sem competir? A experiência de um comércio justo e solidário aponta um horizonte possível, através da perspectiva do exercício de se construir conjuntamente oferta e demanda. Isto é, ligar em rede quem produz com quem consome ou quem presta um serviço com quem é usuário do serviço. Nesse sentido o território é lugar central, e nenhum desenvolvimento pode ser pensado sem referência ao local. Além disso, o local é onde efetivamente se reproduzem as condições materiais de existência das pessoas, e esta, numa plataforma de economia solidária, não pode ser pensada em separado das demais dimensões (social, cultural, política, ambiental) que constituem e estruturam a vida das pessoas - refletindo o sentido de um outra economia concebida como reprodução da vida (caráter ecológico).

Nesta perspectiva, promover a economia solidária significa mais do que o apoio aos empreendimentos isolados. Torna-se necessário também agir a partir do território, enfatizando-se a capacidade de auto-organização política das pessoas, ou seja, capacidade de criação de espaços públicos para discussão e tomada de decisões sobre o que se quer para o seu local. O espaço privilegiado para isso são as associações onde se pode buscar soluções conjuntas ou coletivas para problemas comuns. Uma das estratégias importantes são as redes locais de economia solidária que

articulam os empreendimentos e iniciativas em geral no seu território, seja para fortalecimento de cadeias produtivas (atravessando o próprio território), seja para potencialização de outras iniciativas mais culturais ou políticas, na direção por exemplo de novas formas de relações com os poderes públicos.

Práticas da economia solidária desse tipo introduzem no seu interior um conteúdo de pedagogia política muito importante ao permitir o exercício da confiança e solidariedade como um processo de aprendizado dos grupos no seu cotidiano de trabalho. A educação aqui se coloca como um processo de mudança cultural no sentido do aprendizado da democratização das relações de trabalho. A democracia econômica preconizada pela economia solidária aparece assim como processo político-pedagógico. Assim, contorna-se a questão sobre como fazer a revolução de massas numa sociedade que deixou de ser de massas, que tornou-se cada vez mais individualista. A velha questão sobre a revolução das classes oprimidas parece difícil diante da indagação sobre se os-as oprimidos-as querem fazer a revolução. Já que esses parecem mais afeitos a tornarem-se consumidores insaciáveis numa sociedade individualista. A questão de uma outra pedagogia de relação do sujeito com seu ato de consumir, de trabalhar, de comercializar e de se relacionar no seu território torna-se então um imperativo político-pedagógico do trabalho em economia solidária.

A inteligência da economia solidária, vista sob este ângulo da economia plural, esta na sua capacidade não de simplesmente de opor as fórmulas e a lógica da economia de mercado capitalista, mas de superá-la ou de ultrapassá-la (envolvendo-a, contendo-a e regulando-a de outro modo). Trata-se aqui de um outro conceito de radicalidade para pensarmos a transformação necessária para um mundo mais justo e solidário. Um conceito de radicalidade que incorpora um princípio de alteridade, de reconhecimento de diferenças, inclusive em relação ao modo de instituição do econômico em sociedade, contra qualquer tipo de tentação autoritária. O que esta em jogo aqui é a demonstração de força da capacidade de regular o econômico a partir da própria sociedade e como isto pode revelar-se mais adequado para o atendimento efetivo do bem estar das pessoas, o que implica refundar uma agenda de discussão fundamentalmente ética, relativo aos valores que uma sociedade defende. O debate, portanto, caminha invariavelmente para uma questão maior relativo ao modelo de sociedade ou o modelo civilizatório que queremos. Este é o horizonte da economia solidária. É preciso não perder de vista, conforme nos ensina a história, que a transformação sempre começa pelas bordas, pelas margens, por aquilo que parece muito pequeno.

“Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da terra.” (Provérbio africano)

Lutas no campo: economia solidária e MST

“A cooperação é um desafio histórico de toda a classe trabalhadora, não só do MST”.

As práticas do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) ainda não possibilitam formular um conceito mais preciso sobre a atuação na economia solidária. Para abordar o tema, busca-se elementos sobre a cooperação no movimento.

A história da luta pela terra no Brasil são muitas as experiências de coletivas e de cooperação entre trabalhadores-as do campo. No final da década de 1970 e início de 1980, começa o processo de organização do MST e neste período a questão da cooperação avança na medida em que o problema

da terra passa a ser considerado também como questão produtiva. A partir de 1989 a luta no campo de agudiza junto com violenta repressão, durante o governo Fernando Collor, sendo urgente uma resposta para o conjunto da sociedade em relação à reforma agrária. Ao mesmo tempo, ao se conquistar a terra, aparecia a questão de como organizar os assentamentos. Neste contexto, o MST propõe a produção de alimentos para o conjunto da sociedade; a defesa da viabilidade econômica dos assentamentos e da necessidade de um programa de distribuição de terra no país.

A cooperação no movimento foi relacionada à organização da vida produtiva no assentamento:

- A organização coletiva é fundamental para que o trabalho e a produção sejam potencializados;
- O aumento do capital constante (máquinas) pode ser ampliado por meio da cooperação.

Neste sentido, a cooperação surge como uma motivação econômica, por necessidade de organização da vida produtiva do assentamento. Ao mesmo tempo, nos anos 80, se intensifica a superação do modelo de assentamento em lotes individualizados para o assentamento coletivo. Como forma de avançar na cooperação foram constituídas as Cooperativas de Produção Agrária (CPA) nas quais as máquinas e equipamentos são coletivizados. Em 2011, somam-se aproximadamente 1900 associações organizadas no movimento e 96 agroindústrias que possibilitam agregar renda maior à produção agrícola.

No MST, a cooperação está vinculada aos objetivos do movimento: conquista pela terra, reforma agrária e mudança do modelo de sociedade. E, com as linhas de atuação: produção agroecológica e autosustentável (a preocupação não é produzir para o mercado); produzir os próprios insumos para não depender dos insumos internacionais; produzir para ter uma renda, garantindo a viabilidade econômica.

Cooperar tendo em vista a superação do atual modelo de sociedade coloca-se como um desafio histórico de toda a classe trabalhadora, não só do MST. Revolução, segundo Florestan Fernandes, é o fim do estado burguês, derrubada da sociedade capitalista. O período histórico que estamos vivendo é a mais odiosa contra-revolução. Em nenhum outro momento a classe trabalhadora foi tão vilipendiada. Ao mesmo tempo, há ações de contraposição a esse processo acontecendo no mundo, um tecido social se movendo e criando um caldo de cultura novo. Na perspectiva da reforma agrária, o MST se constitui como movimento autônomo em relação aos partidos, igrejas e outras instituições, se pautando pela luta pela terra e pela mudança da sociedade. A sociedade que queremos construir é do socialismo.

A reforma agrária clássica via política pública está derrotada. No período do governo Lula foi onde mais se acentuou a concentração de terra. A base social conquista a terra, o crédito, o assentamento e não avança, pois a política do governo brasileiro é definida por políticas internacionais estando focada no grande negócio da agroindústria e não a agricultura familiar. Um desafio é como construir uma reforma agrária diferente, para além das políticas existentes.

A missão do MST é continuar sendo referência de luta combativa na sociedade. São muitos companheiros tombados na luta e, agora, sobretudo no norte. Infelizmente, este momento pode ser considerado como de refluxo, onde a classe trabalhadora se coloca na defensiva. A aposta é que a

retomada da luta aconteça, o movimento aposta na reorganização, na revigoração do trabalho e formação de base nas comunidades, na defesa do meio ambiente, numa agricultura saudável com a produção sem agrotóxicos. Outro foco é a discussão sobre o modelo de educação do campo, a exemplo da luta para reconhecer os modelos de escola itinerante dos acampamentos. Não se faz revolução sem garantir educação. Neste sentido, a escola Florestan Fernandes se articula com 26 cursos de nível superior, levando qualificação técnica para as bases, e assume o compromisso de contribuir para erradicar o analfabetismo nos acampamentos. A escola é mais que um espaço do MST, se propõe a ser um espaço de formação de quadros políticos para fortalecer a luta pelo socialismo na América Latina e no mundo. Os cursos de ensino superior são oferecidos via convênio com o PRONERA.

São vários os desafios do movimento: organização interna, sendo um movimento que tem uma estrutura nacional; busca da auto-sustentação, seja por convênios ou inserção de militantes em espaços institucionais. Há também o desafio de facilitar a logística para entrega da produção dos assentamentos, que se amplia com a comercialização para alimentação escolar. E, o desafio de continuar fazendo luta num contexto de refluxo do movimento socialista.

Não se deixar cooptar, não se deixar destruir e resistir sempre.

O capitalismo não tem mais nada a propor à humanidade, a não ser mais guerra, mais destruição. Temos produzido o suficiente para a humanidade sobreviver. Entre socialismo ou barbárie, a opção do MST é sempre pelo socialismo. Por mais que haja divergências, se a classe trabalhadora não se unificar, não criamos condições de construir um novo modelo de sociedade. Aí, aparecem outros desafios: da articulação com outros movimentos sociais, com diálogo e integração; de organizar o consumo solidário para a comunidade para consumir um produto de melhor qualidade. A produção mais saudável tem ido para uma elite e os pobres continuam consumindo produtos com agrotóxicos: é urgente que isso se reverta.

Da relação economia solidária e o MST, há mais pontos que convergem do que divergem e nisto que é preciso buscar a articulação. Ou se avança ou entra na lógica do grande capital, e não podemos deixar que o capitalismo regule nossas relações. O esforço está em ir contra essa corrente: para o MST a perspectiva da posse da terra é a luta e não a negociação. Se analisarmos historicamente, quando a burguesia agrária cedeu na negociação? Nunca.

E, havendo estratégias e táticas diferenciadas entre os movimentos sociais, há que se identificar qual a causa em comum. A divisão e desarticulação contribui com a estratégia do capital. Ganha o capital quando nos fragilizamos e não nos articulamos. Ou a classe trabalhadora se organiza e não se sectariza, pondo em comum suas questões ou seremos derrotados. Qual a perspectiva da classe trabalhadora? É o mundo da felicidade e isso tem que ser posto em comum.

História do capitalismo

No quarto dia, 04 de agosto, o tema do histórico do capitalismo e das lutas sociais foi o foco dos debates, facilitado pelo educador da Escola Nacional Florestan Fernandes, Francisco de Pádua.

A atividade se iniciou com sua apresentação:

- O capitalismo inicia com a expulsão dos camponeses do campo, concentração nas cidades,

mas encerra seu próprio fim, porque conecta as pessoas. Um homem não faz a revolução sozinho, atos unidos é que podem mudar com a consciência de classe.

- No capitalismo temos a liberdade perante a lei, sensação de ser livre quanto mais somos dependentes da mercadoria. O estado tem um papel regulador nisso, enquanto máquina de manutenção e reprodução da desigualdade, com a justiça legitimando a moral capitalista, e a desigualdade social.

Neste sentido, colocou-se a questão, até onde podemos ir junto ao estado? O MST compreende a emancipação como é uma forma de organização social aonde não haja desigualdades e a luta imediata não diminui a desigualdade, mostra o conhecimento da desigualdade. Assim, as melhorias imediatas não podem se sobrepor a luta maior: de mudança da sociedade para o socialismo.

O amor real é de classe

Quem ama luta

Quem luta ama

Os debates sobre o tema ocorreram em grupos, com questões fundamentais para serem refletidas pelo movimento de economia solidária:

1. O conflito ou a luta de classe que acontece atualmente tem sido uma luta aberta ou dissimulada?
2. Qual a alternativa para a classe trabalhadora hoje?
3. O que temos feito até hoje tem dado alternativa para a classe trabalhadora ou são apenas formas paliativas que não alteram a estrutura do capitalismo?
4. Aonde temos que gastar as energias revolucionárias da classe?

Nas reflexões, os debates levantaram uma diversidade e complexidade de questões, dentre elas:

- a falsa sensação de bem estar com o consumo, o crédito, os benefícios sociais que mascaram o conflito social e de classes e dentro disso;
- não se deixar cooptar por políticas públicas temporárias que freiam a luta;
- os conflitos entre a teoria que não representam a prática cotidiana;
- a necessidade de manter sentimento de indignação, denúncia e resistência para continuar na luta;
- o desafio da autonomia política do movimento e do FBES;
- dificuldade de participação do mundo rural;
- se unir enquanto classe trabalhadora e unificar o projeto através da articulação dos movimentos populares nacionais e internacionais;
- a economia solidária não pode ser cooptada pelo capitalismo, tem que ser alternativa e não complementação, e para isso precisa intensificar a formação política de base.

Outras questões foram levantadas, como:

- Quais mecanismos de participação utilizar para fortalecer o FBES?
- Qual nosso método para formar nossos militantes?
- Que cultura cultivar?
- Há perspectiva junto aos partidos?
- O empreendimentos da economia solidária estão conscientes de que são os protagonistas para transformar o sistema?

Nas contribuições do MST foi colocado o conceito de movimento social: aquele com um projeto que olha para frente, com projeto político, que tenha organização, que se reconheça e organize sua luta. A análise sobre o estado tem que se manter crítica, assim como a mudanças dentro da perspectiva dos partidos políticos, que hoje se focam mais na disputa eleitoral, sem expressar realmente um projeto político.

Nos momentos culturais, durante o dia, o cordelista presente Edigar contribuiu com um cordel sobre o dia anterior da Oficina:

Vo fala in pureza
 Puxando pela inspiração
 Dizendo o que qui aconteceu
 Onte numa reunião
 Cum tanta muié bunita
 Falando pro povão
 Bicho besta é o matuto
 Eu tava no mei daquele povo sabido
 Vendo eles falar
 Um negócio bem cumprido
 Eu como num sabia nada
 Fiquei só de ovido
 Uma tá de políiia púbrica
 Muitos começaro discusar
 Tinha uma pessoá lá do sítio
 Otos era da capitá
 Uns intendia alguma coisa
 Otos num quisero falar
 Uma muié falava pro medonho
 Ota começava cantá
 Uma falava de rede
 Eu pensava que era de deita
 Oto falava de conomia
 E eu só fazia iscutá
 Vei uns home importante
 Muito bem studado
 Falava umas estranha
 Eu nunca tinha escutado

Vi quando uma moça se spoletô
Parecendo um leão infezado
Eita muierada braba
As que vi ontem aqui
Uma tá de pimenta
Parecia um boi no giqui
Quando tá muito brabo
Queremos se scapulir
Uma tá de Catarine
Viro uma fera valente
Spoleto-se também Katiucia pula lá na frente
Das Alagoa grito Neno
Assanhado que só um jumento
Jaqueline mostrava um pape
Com alguma coisa escrita
Rosana botava a mão na cara
Tatiana baixa a vista
Lidia oiava prum lado e outro
E os home baixando a crista
Dizem que japonês
Tem os oi apertado
Mas ontem vi uma tá de Keiko
Com os zoi arregaldado
E Tide no canto da parede
Ficava bem de bico fechado
Ontem o povo tava brabo
Com o qui foi falado
Os homi sabido
Ficaro mei maguado
Mai o povo resistiu
Pro num ter concordado
Querendo apaziguá
Penha aparece sem demora
Pedindo desculpa aos homi
Mai o povo sem demora
Asseguro sua fala
E os cara foro imbora
Gente peço desculpa a todos
Por está brincando
É uma forma de discontrair
E continuarmos caminhando
Fazendo essa economia
Que aos poucos esta chegando
Pois é através dos debates

Que vamos nos apropriando
E fortalecendo este movimento
Que um grande espaço esta conquistando
(Edigar, o abençoado)

Ao final do dia, um simbólico casamento entre o MST e a economia solidária foi momento de descontração e representação da união de forças durante a confraternização.

Rede de Educadoras-es da Economia Solidária

Para trabalhar o tema Rede de Educadores-as da Economia Solidária, no quinto dia da Oficina, 05 de agosto, contamos com a colaboração de Gorete Souza, coordenação da ENFF, nascida no Piauí e militante no Nordeste e em Moçambique, que apresentou as Linhas Políticas da Formação no MST.

A contribuição de Gorete trouxe os elementos indicados a seguir:

- O MST é fruto de um processo histórico, de lutas contra o latifúndio, até desembocar no surgimento de diversas organizações. Nunca houve um movimento que envolvesse toda a sociedade, o MST nasce se questionando sobre a necessidade da educação, o sentido da luta pela terra em 1980 ocorre com o surgimento do processo de educação, sem educação não existe reforma agrária.
- Palavras chaves para nós: democracia, participação, direitos humanos. Mas, estas palavras foram apropriadas pelas elites e temos que recuperá-las no conteúdo transformador que elas são como nos disse Florestan Fernandes. Estas palavras não se completam no sistema capitalista, assim como a economia solidária. A formação política tem que desvendar o significado destas palavras e da realidade, se perguntar o que está além das aparências, quais são os processos.
- Para o MST, a educação popular é formação política. E política é entendida como tudo que move a vida do indivíduo na sociedade, por isso o sentido da política.
- Uma educação para transformar a sociedade, porque vivemos numa sociedade injusta, o montante da riqueza. Nós não queremos migalhas, nem uma sociedade mais justa porque hoje a sociedade não é justa.
- O processo de formação política tem a ver com a consciência, é um processo contínuo, nosso conhecimento é infinito. Vinculamos a formação a escolarização, antes a prioridade era a formação política.
- Na história de nosso país, a ditadura foi política e econômica, tendo construído o neoliberalismo que se expressa com o governo de Collor. O Estado está para servir as elites, os direitos mesmo sendo uma concessão das elites é também fruto de luta dos movimentos sociais.
- O simples ato de votar não caracteriza a democracia. É necessário discutir as questões buscando o consenso.
- Se não interpretamos corretamente o momento que vivemos, não vamos definir as linhas corretas de construção do futuro. Não somos determinados apenas por nós mesmos, mas por

um processo histórico.

- Como movimento social não podemos assumir a escola como nossa. Ela é um direito nosso e uma obrigação do estado. Os movimentos sociais tem que mobilizar para que esse direito seja de fato para quem merece. Como juntar a formação política, a educação e a escolarização? Isto tem que estar no contexto da luta de classe, garantindo direitos para a classe trabalhadora, andando juntas.
- A educação do campo foi apropriada pelo estado e foi construída desde os movimentos sociais do campo. O desafio está em como dialogar com esse processo, pois não podemos perder de vista o que está por trás das políticas de estado.
- O processo de formação e educação tem que acontecer na totalidade das comunidades, envolvendo desde as crianças, desde a base militante, dirigentes, perpassando o conjunto da organização. Tem que ser pensado na totalidade da organização. Para cada espaço, tem um tipo de formação, uma necessidade.
- Não tem como juntar movimento social com estado, é uma contradição. Os objetivos são diferentes, porque o estado é do capital, um sistema que impõe independente do bom funcionário que esteja discutindo conosco. A formação política tem que estar relacionada internacionalmente, e tem que ser pensado na totalidade da organização.
- Nas atividades da economia solidária é possível pensar os espaços e situações para se realizar a formação política.

A partir do diálogo com Gorete, formou-se grupos por regiões do país para socializar os processos de organização das/os educadoras/es nos estados, propor indicativos de ações e de atividade intermódulo para a Oficina a partir dos temas desenvolvidos durante os cinco dias.

A apresentação das regiões, em plenária está sintetizada abaixo:

Centro-Oeste

Constituição de fundo estadual para os fóruns.

O PPP está em elaboração na região e haverá reunião virtual dia 19 de agosto, às 9h sobre PPP.

Para atividade intermódulos: *(não foi registrado)*

Sul

Foram constituídos grupos para tratar do PPP, com diagnóstico e orientação.

Para atividade intermódulos:

- Organizar atividades de formação política para partilhar os aprendizados na oficina nacional.
- Entrar em contato com o MST nas regiões para auxiliar nesta formação política.

Norte

Para a elaboração do PPP na região, o CFES Norte contratou consultora.

Para atividade intermódulos: provocar um encontro regional com o tema formação política junto ao projeto CFES Amazônia.

Nordeste

A Rede de Educadoras-es é para além do fórum de economia solidária.

Na região já existe o PPP que entendemos como processo contínuo, sendo importante construí-lo como identificação imediata. Alguns estados já estão com debates iniciais a partir do documento base.

Para atividade intermódulos:

- Apropriar-se do PPP regional e do documento de debate nacional.
- Realizar análise de conjuntura por estado, durante atividades nos estados.

Sudeste

Houve 2 oficinas onde foram definidos 4 eixos de trabalho com pessoas responsáveis por mobilizar.

A discussão com a base não consegue acompanhar pela falta de formação política e existe questionamento em relação às-aos gestoras-es e entidades que ocupam cargo momentâneo.

Haverá atividade regional em Minas Gerais sobre PPP e sistematização.

Para a atividade intermódulos:

- Aprofundar conhecimento sobre socialismo, tanto do que foi apresentado na oficina como outras concepções, analisando em que medida a ES se relaciona com o socialismo.
- Entender o que é militância na ES, a partir dos empreendimentos.
- Multiplicar nos estados a oficina.

Agenda

11 e 12 de agosto: Conselho gestor do projeto CFES.

17 a 21 de outubro: 2o módulo Oficina sobre Formação Política em Economia Solidária onde cada participante do 1º Módulo deverá socializar seu aprendizado nesta Oficina junto ao coletivo estadual de educadores-as e ter realizado a leitura e exercício sobre o livro Formação de Quadros do MST.

28 a 30 de novembro: Encontro nacional sobre PPP.

Avaliação

A avaliação foi realizada com a dinâmica onde o grupo trazia elementos de pontos positivos (Que bom!), negativos (Que pena!) e de sugestões (Que tal?).

Que Bom! estrutura, alimentação, convivência, conteúdo, duração, assessoria, coordenação, participação, animação, programação

Que Pena! não foram indicados

Que Tal? Metodologia e material

Anexos

Anexo A – Lista de participantes

Nome	Organização
Keiko Rosana de Souza Sato	Associação Brasileira de Artesãos e Artistas
Katiucia Gonçalves	Misturando Arte
Jackeline Gomes de Oliveira	Arte Solidária
LEONISE NICHELE PEREIRA	PREFEITURA DE VIAMÃO
Ângela Gomes dos Santos Costa	ITECSOL/UNIJUÍ - Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social da Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS.
Deusdeth Salles da Silva	Movimento Comunitário do Mauazinho II
Márcia Lima	Associação Acreana Buriti da Amazônia
Paulo Moro Berlezi	ASSPRAM- Associação Sustentável de Produtores(as) do PA Massaranduba
Patricia Luzia dos Santos	Fórum de Empreendedores Popular e Solidário
CARMITA DUARTE	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ARTESÃS -
MEDEIROS	AMARTE
MARIA DA PENHA DA SILVA	
Maria Lídia Ribeiro de Vasconcelos	Rede de Educação Cidadã – RECID
Vera Aparecida Amorim	Associação de Mulheres em Ação de Mato Grosso - AMAMT
Julio Cesar Ayala dos Santos	Art's Nativa
Maria da Anunciação Santos Silva	Núcleo de ARTICULAÇÃO EM ES DE ÁGUAS LINDAS
Terezinha Lima Silva	
Adenilce Maria de Araujo Silva	CUT-DF
Janice de Jesus Vieira	Coofe –Cooperativa Múltipla fontes de Engomafeira
LEODENIL ALVES DUARTE	SEDUC / MT – Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso
Andrea Maria da Silva Pessoa	Cooperativa de produção e Comercialização agroecológica e Solidária
Alany Barbosa Nascimento	Cooperativa de Trabalho e Comercialização Solidária - COOTEC SOL
Regina Marlene Bonfá dos Santos	FAZENDO ARTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA
Sônia Maria Silva Leal Cabral	Rede de Mulheres Produtoras do Paulista

Catharine Vieira de Almeida	ASSOCIAÇÃO DO ARTESÃOS (ÃS) DE IPIRANGA DO PIAUÍ
Janice de Jesus Vieira	Coofe –Cooperativa Múltipla fontes de Engomafeira
Francimare dos Santos Araújo	Cooperativa de Crédito Rural de Poço Verde
Edigar Pereira da Silva	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CACHO DE OURO – COOPERCACHO, ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DO GURJAÚ – ACG, CLUBE DE MÃES MARIA AUGUSTA
Jamilly Barbosa Silva	NATUCAPRI
MARIA SÃO PEDRO DE JESUS	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE POLITICAS PUBLICAS PARA JUVENTUDES
Ginaldo Custódio Lessa	ASSOCIAÇÃO PELA CIDADANIA DOS PESCAORES E PESCADORAS DE TERRA CAÍDA
Jordânia Pessoa da Silva	ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ
Silvio Luís Pires de Mello	SOLARIS – Núcleo Paulista de Estudos e Práticas Culturais em Economia Solidária
IRANEIDE SOARES DE ANDRADE	ISAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E SERVIÇOS
Margareth Azevedo da Silva	Espaço Solidário do Artesão
Neuza Maria Ferreira	Oficina da Bolsa
JOANA ALVES LOUBACK	APJ- APRENDER PRODUZIR JUNTOS
Luzia Batista da Silva	Prefeitura Municipal de Tiradentes
PAULO JOSÉ DA SILVA	FEDERAÇÃO ZELADORA DA RELIGIÃO DE
JEAN RICARDO RAMOS MAIA	MATRIZ AFRICANA EM ALAGOAS
Silvana Maria Leal de Assis	Coopersoli Barreiro
Rosana Kirsch	CFES Nacional
Tatiana Castilla	CFES Nacional
Shirley Alves dos Santos	CFES NE

Anexo B – Programação

	01 de agosto Segunda-feira	02 de agosto Terça-feira	03 de agosto Quarta-feira	04 de agosto Quinta-feira	05 de agosto Sexta-feira
Manhã	Chegada das-os participantes	Como fazer análise conjuntura	Concepções de economia solidária no seio do movimento Apresentação das concepções a partir do campo sindical, da igreja, da democracia socialista, da economia plural/ universidade, do MST - Linha do tempo - Roda de conversa - Trabalho em núcleos de base - Socialização e debate em plenária	História e as contradições do capitalismo	Rede de Educadores-as da Economia Solidária - MST e educação: socialização da experiência - Organização das-os educadores-as da economia solidária/ Proposição de trabalho intermódulos - Reunião por região - Socialização em plenária Agenda e informes Avaliação final
Tarde/ Noite	Chegada das-os participantes Abertura: - Acolhida - Apresentação dos-as participantes - Apresentação e alterações da pauta - Apresentação da Escola Nacional Florestan Fernandes - Definição dos núcleos de base				Retorno das-os educadoras-es
		Filme – O Homem Sexta-feira		Confraternização	

Pós-reunião: avaliação da Oficina sobre Formação Política

Conforme encaminhamento do Conselho Gestor do Projeto CFES, foi realizada durante a X Reunião da Coordenação do FBES uma avaliação da Oficina sobre Formação Política com os-as participantes presentes na mesma: Carmita (RR), Ginaldo (SE), Márcia (AC) e Regina (PB). A avaliação foi feita em forma de conversa, considerando itens como inscrição e seleção, metodologia, conteúdos, convidados, parceira com o MST, estrutura do local, participação da turma.

- Inscrição e seleção:
 - A inscrição aberta permitiu que novas pessoas participassem do encontro.
 - Os Fóruns fizeram indicações e o FBES participou da seleção, em Brasília.
 - Foram enviados comunicações com os critérios de participação.
 - Muitos não estavam acostumados-as com processo seletivo.
 - No NE, receberam a ficha pelo CFES NE. E na PB, a Oficina foi pauta de uma reunião do Fórum Estadual, no entanto por ter ficado para o final da reunião, havia poucas pessoas.
- Parceria com MST:
 - Realização de um sonho estar com o MST.
 - Foi importante para aproveitar a experiência de outro movimento.
 - A disciplina exigida (horários) causou impacto no início, mas depois todas-os caíram na real.
 - Pudemos colocar os princípios em prática.
 - Proporcionou conhecer a proposta pedagógica do MST.
- Conteúdos:
 - Formação política é ampla, por isto precisa focar em temas.
- Metodologia:
 - Destaque para o trabalho realizado por Tico/MST.
 - Trouxe em todos os momentos desafios.
 - Trabalhar primeiro com análise de conjuntura contribuiu para a compreensão nos demais dias.
 - A apresentação da experiência em educação do MST, no último dia, se tornou repetitiva e não gerou debate.
- Convidados:

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 – Cáritas Brasileira

- Estranhamento e questionamento em relação à presença do Dione, pela Democracia Socialista. Mas, depois, houve a compreensão de que era importante, as pessoas tinham muito a dizer a ele.
- Participação da turma:
 - Maturidade política dos-as participantes não estava compatível ao desafio da oficina, alguns foram para casa não compreendendo a divisão das tarefas da casa, a pontualidade nos horários.
 - A oficina tem que ser mais do as picuinhas pessoais.
- Coordenação:
 - A coordenação escolhida nos núcleos de base foi importante.
- Estrutura:
 - Para quem ficava por último no lanche, às vezes faltava comida.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SGAN 601, Módulo F – CEP 70830-010 - Brasília/DF

Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

